

Petroleiros não aceitam divisão da categoria e rejeitam contraproposta da Petrobrás

Direção da FUP, por maioria, com base na avaliação do Conselho Consultivo, indica o adiamento da greve de cinco dias, buscando a construção de um movimento forte e coeso em todo o país

Apesar da postura antiética das gerências - que seguindo orientações da direção da Petrobrás, disputaram as assembleias, apostando na divisão da categoria - os petroleiros responderam à altura à tentativa de manipulação das chefias e rejeitaram em todo o país a segunda contraproposta apresentada pela empresa. Nas bases do Sindipetro Unificado de São Paulo, as assembleias começam neste sábado e seguem até dia 21, mas a avaliação da direção do sindicato é de que os petroleiros também rejeitarão a contraproposta.

A disputa acirrada com a direção da empresa marcou a maioria das assembleias, muitas das quais chegaram a contar com a participação dos gerentes locais. Na REDUC e na REMAN, as

gerências chegaram a difundir informações falsas entre os trabalhadores, com resultados parciais das assembleias, tentando induzir a categoria de que a contraproposta da empresa estava sendo aprovada. Postura intimidatória e antidemocrática de ataque à organização sindical, semelhante à que foi utilizada contra o Sindipetro-SE/AL, no absurdo episódio do interdito proibitório.

É lamentável que atitudes como estas estejam ocorrendo em uma gestão que se diz comprometida com o respeito à liberdade e autonomia sindical. Que fique a lição para a direção da Petrobrás de que os trabalhadores petroleiros jamais se intimidarão com ataques desta natureza e que a unidade da categoria sempre prevalecerá.

Nova contraproposta já!

A direção da FUP apresentará à Petrobrás nesta segunda-feira (18) o resultado das assembleias e cobrará uma nova contraproposta que atenda às principais reivindicações da categoria:

- Equacionamento das pendências da Petros: previdência complementar para os trabalhadores sem plano; fim do limite de idade 78/79; correção dos benefícios das pensionistas; tratamento isonômico para os aposentados que não migraram para o PPV;

- Aumento real para a ativa e aposentados;

- Revogação da resolução nº 9 do DEST, garantindo, assim, igualdade de direitos para os trabalhadores admitidos após setembro de 1997;

- Garantia de avanço de nível automático no período de 24 meses;

- Piso salarial no nível 220;
- Cumprimento das leis de anistia;
- Organização por Local de Trabalho (OLT);
- Primeirização e nova política de segurança.

A Federação também cobrará o cumprimento do Acordo da PLR 2003, que garante o pagamento este ano dos reflexos dos dias parados nas greves de 94 e 95. A Petrobrás está descumprindo o acordo ao atrelar esta questão à campanha reivindicatória, chegando a condicionar o pagamento dos reflexos à assinatura do ACT. A FUP já deixou claro na mesa de negociação que não admite esta manobra. É inadmissível que tratem como moeda de troca um direito garantido em acordo pelo próprio presidente da Petrobrás.

Greve deve ser construída com participação de todas as bases

Assim como ocorreu em 95 e em 2001, quando os petroleiros construíram a greve conjuntamente com todas as bases, a FUP está orientando os sindicatos a fortalecerem o quadro nacional, buscando uma greve coesa e unitária em todo o país. O quadro apontado pelo Conselho Consultivo na quinta-feira (14), com base nas assembleias, levou a maioria da direção da FUP a indicar o adiamento da greve que estava prevista para ter início dia 19.

As assembleias rejeitaram o movimento em bases importantes como Caxias, Minas, São José dos Campos, Espírito Santo, Ceará e Pernambuco. No Rio Grande do Sul, o indicativo de greve não foi avaliado e no Unificado de São Paulo, as assembleias terão início neste sábado à luz do que foi discutido no Conselho Consultivo. Nos demais sindicatos, o indicativo de greve foi aprovado com dificuldades na maioria das bases, muitas das quais condicionaram o movimento à avaliação do quadro nacional.

Portanto, o indicativo da Federação é de que os sindicatos intensifiquem as setoriais para que possamos construir uma greve forte e coesa mais adiante.

Congresso sobre Petros é adiado - saiba mais na coluna *Fique de Olho* (no verso)

Intransigência dos banqueiros leva bancários à maior greve da história da categoria

A Executiva Nacional dos Bancários indicou nesta quinta-feira (14) a suspensão da greve da categoria até a próxima quarta (20) e a realização de paralisações no dia 21, data marcada pelo TST para julgamento do dissídio. A Executiva estará buscando neste período a retomada da negociação, visando uma solução que englobe tanto os bancários do setor privado, quanto do setor público.

Foi a maior greve da história da categoria, que teve como pano de fundo a intransigência da FENABAN e dos bancos públicos em buscar uma solução negociada para o impasse. Várias foram as tentativas no sentido de fazer os banqueiros retornarem à mesa de negociação. Os bancários chegaram a aprovar em assembléias uma nova proposta de 19% de reajuste salarial. Ainda assim, a FENABAN e os bancos públicos continuaram intransigentes, negando-se a avançar em relação aos 8,5% (e mais R\$ 30,00 fixos aos que ganham até

R\$ 1.500,00), proposta rejeitada nacionalmente pela categoria.

Não bastassem a truculência dos banqueiros e o terrorismo da grande imprensa, alguns setores dos bancários também apostaram no enfraquecimento e divisão da greve. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), que representa 5% da categoria, instaurou no dia 11 no TST petições de dissídio coletivo do BB e da CEF. Como a audiência conciliatória na quarta-feira (13) terminou sem acordo entre as partes, o Tribunal marcou o julgamento do dissídio para dia 21.

A FUP reitera seu integral apoio e solidariedade aos bancários, repudiando a atitude incoerente da Contec e a inflexibilidade da FENABAN e dos bancos públicos. Os petroleiros esperam que o legítimo direito de greve e o processo democrático de negociação sejam respeitados pelos banqueiros e pelo governo.

Trabalhadores rejeitam contraproposta da BR

As paralisações iniciadas esta semana pelos trabalhadores da BR forçaram a subsidiária a retomar as negociações que estavam interrompidas desde 17 de setembro. A empresa finalmente apresentou nesta quinta-feira (14) uma contraproposta à categoria: ICV/DIEESE e um nível para a ativa. Ou seja, a BR mantém a mesma proposta econômica

apresentada pela Petrobrás.

Nenhuma das reivindicações dos trabalhadores foi atendida pela subsidiária, que nega aumento real aos aposentados e mudanças no plano de cargos. Com base no indicativo do SITRAMICO (sindicato da categoria), as assembléias estão rejeitando a contraproposta.

Após sete meses de luta, petroleiros de Manguinhos aprovam ACT 2004/2005

Foram sete meses de muita mobilização, entre elas uma histórica ocupação de 30 horas, no início de julho. Os petroleiros de Manguinhos não fugiram à luta e resistiram com muita garra à retirada de direitos e ao autoritarismo da direção da refinaria que, de forma unilateral, aplicou 3% de reajuste, passando por cima da negociação do ACT 2004/2005.

As mobilizações surtiram efeito, levando a refinaria a apresentar no dia 06 sua terceira contraproposta, que finalmente avançou em relação às princi-

pais reivindicações dos trabalhadores, garantindo de volta os planos de saúde e odontológico, além de 6% de reajuste retroativos a maio. A proposta foi aprovada pelos petroleiros, que estão aguardando sua formalização para assinarem o Acordo Coletivo.

Os dirigentes de Manguinhos também se comprometeram a discutir em dezembro um novo reajuste salarial, assim como a implementação e melhoria do Plano Petros, outra importante conquista dos trabalhadores da refinaria.

FIQUE DE OLHO

FUP tem audiências com ministros do STF em defesa da ADIN

Em resposta à solicitação da FUP, o ministro do STF, Marco Aurélio de Mello, participou dia 06 de audiência com dirigentes da Federação para discutir a Ação Direta de Inconstitucionalidade que contesta os leilões de blocos petrolíferos. O ministro esclareceu que pediu vista da ADIN, suspendendo o julgamento da Ação no dia 23/09, justamente por entender a importância que a questão petróleo representa para o país. Ele informou que analisará os documentos e estudos da FUP referentes à necessidade de mudanças na Lei do Petróleo, assim como de revisão das licitações realizadas pela ANP. Nesta sexta-feira (15), a Federação terá audiência também com o ministro Celso de Mello e a assessoria da ministra Ellen Gracie.

Prorrogado prazo para requerimento de revisão da anistia de Itamar

O presidente Lula aprovou novo decreto - 5215/04, de 28 de setembro - prorrogando o prazo para requerimento de revisão dos processos de anistia da Lei 8.879/94 (também conhecida como a lei de Itamar). Agora os anistiados que tiveram seus processos prejudicados por atos administrativos do governo FHC têm até 30 de novembro para requererem a revisão destes atos. Uma Comissão Especial Interministerial será formada com esta finalidade e terá duas representações dos anistiados: servidores públicos e trabalhadores de estatais que foram demitidos no governo Collor.

Congresso sobre Petros é adiado para segunda quinzena de novembro

Diante dos novos encaminhamentos da campanha reivindicatória, a FUP está adiando para a segunda quinzena de novembro o Congresso Nacional Extraordinário que terá como tema as gestões do Plano Petros e da Fundação Petros. A Federação aguarda que a Petrobrás apresente na mesa de negociação uma proposta completa sobre as questões da Petros.